

Estratégia de sedução

Governo do Império tentou afastar os povos nativos de suas terras criando aldeamentos administrados por religiosos e com atrativos da “civilização”

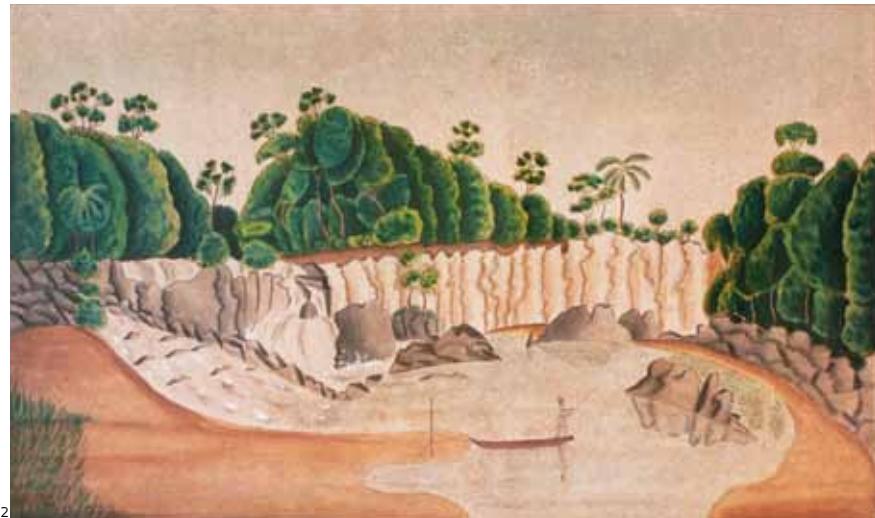
Christina Queiroz

Mapa da província do Paraná e detalhe do aldeamento de São Pedro de Alcântara em 1859

Entre 1845 e 1889, o Império desenvolveu uma política de aldeamentos indígenas, implantada em todas as províncias do Brasil. Os aldeamentos eram colônias agrícolas com a finalidade de atrair populações indígenas e transformá-las em trabalhadores rurais. Foram criados a partir de um acordo do Estado brasileiro com o Propaganda Fide (propagação da fé, em latim), órgão do Vaticano hoje chamado de Sagrada Congregação para Evangelização dos Povos, responsável por enviar missões católicas a diferentes partes do mundo. O Vaticano queria aumentar a presença da Igreja no Brasil por meio da conversão de índios ao cristianismo. Já a coroa imperial brasileira estava preocupada em ampliar o controle sobre o território nacional, angariar trabalhadores para o cultivo de café e borracha, além de construir estradas para interligar regiões afastadas. Para atender a esses interesses, o imperador Pedro II assinou um decreto que permitia a vinda de missionários da Ordem Menor dos Capuchinhos da Itália para organizar e administrar os aldeamentos indígenas.

Por meio do trabalho dos missionários – que eram contratados como funcionários do Império –, pretendia-se que os índios fossem “civilizados” e catequizados e, mais tarde, se juntassem aos imigrantes europeus que chegavam ao Brasil e se estabeleciam em colônias. Além disso, ao incentivar que os índios deixassem suas terras e se deslocassem até a região dos aldeamentos, o governo esperava que as áreas indígenas pudessem ser ocupadas por fazendeiros e trabalhadores imigrantes. Alguns líderes de aldeias indígenas recebiam títulos militares e eram convocados para lutar em conflitos, entre eles a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além do cultivo de mantimentos, os índios também eram chamados a trabalhar na construção de estradas, recebendo salários.

Resultado de pesquisas de doutorado e pós-doutorado apoiadas pela FAPESP, o livro *Terra de índio: Imagens em aldeamentos do Império* (editora Terceiro Nome), de Marta Amoroso, docente no



Vista do Salto dos Dourados no rio Paranapanema e retrato do cacique Pahi Kaiowá, do aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema

Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), analisa o fenômeno em um sistema de aldeamentos no Paraná, especialmente em seu núcleo central, São Pedro de Alcântara, um dos mais duradouros do Brasil. Há relativamente poucos estudos sobre os povos indígenas no século XIX, segundo a pesquisadora, para quem essa escassez está relacionada com as atividades de catequese do período, entre elas a dos capuchinhos, que se esforçaram em difundir a ideia de que todos os índios haviam sido convertidos, em uma tentativa de diluir sua identidade histórica.

A partir do levantamento dos relatórios e cartas que estão sob a guarda do Arquivo da Custódia da Ordem Menor dos frades capuchinhos no Santuário Basílica de São Sebastião, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, dos relatos de viajantes naturalistas que percorreram a região estudada e dos trabalhos de etnólogos como o alemão Curt Nimuendaju, a pesquisadora buscou empreender uma leitura que privilegiasse a experiência dos aldeamentos da perspectiva dos índios, revelando uma nova dimensão do fenômeno, até então estudado principalmente de acordo com a visão oficial. Segundo Marta, a documentação religiosa sobre o aldeamento de São Pedro de Al-



Índio Vei-Banj Coroado (à esq.), do aldeamento de São Pedro de Alcântara, e o capitão Manuel Arequembe, chefe dos índios Coroados do aldeamento de São Pedro de Alcântara

cântara permite o acesso a informações sobre a forma de ocupação e de vivência das diferentes etnias nos aldeamentos. Evidencia que líderes Kaingang se envolveram com a administração dos aldeamentos e ali permaneceram mesmo depois de encerrada a missão capuchinha, como foi o caso da atual Terra Indígena São Jerônimo da Serra, no Paraná. Além disso, os documentos dos capuchinhos relatam a fuga de grupos indígenas assolados por epidemias e conflitos que emergiram da aproximação forçada de grupos inimigos.

APELO DO PALADAR

No livro, a pesquisadora também descreve como a criação dos aldeamentos esteve conjugada à constituição de colônias militares, evidenciando a intenção de, por meio de intimidação, estabelecer fronteiras internas no Brasil que beneficiasse proprietários de terra e imigrantes europeus. Maria Luiza Ferreira de Oliveira, docente de história do Brasil no curso de história da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em Guarulhos, explica que a colonização militar foi adotada como política de Estado no mesmo momento em que o governo quis aumentar o domínio sobre terras indígenas para fomentar o cultivo de café no Sudeste e de açúcar e algodão no Nordeste. “Havia ainda a expectativa de encontrar riquezas potenciais nas matas habitadas por índios”, afirma. Nesse contexto, a ideia que presidia a instalação das colônias militares era a aproximação pacífica, ou

A proximidade das colônias militares era ao mesmo tempo uma aproximação pacífica e uma forma de intimidação

seja, tentar convencer os índios a aderir aos aldeamentos. “Mas, na realidade, essa foi a maneira encontrada pelo Império de tornar o convencimento mais efetivo, misturando ameaças e elementos de sedução”, sustenta a pesquisadora.

Localizado às margens do rio Tibagi, o aldeamento de São Pedro de Alcântara funcionava como sede de uma rede que se estendia por São Paulo e pelo Paraná, ao longo de todo o rio Paranapanema. Esse aldeamento chegou a contabilizar cerca de 4 mil índios de quatro etnias: os Kaingang, do tronco linguístico Macro-Jê, e Kaiowá, Nhandeva e Mbyá, falantes da língua guarani. O número inclui tanto índios que se mudaram para perto dos aldeamentos como outros que já viviam na

região. As pesquisas de Marta apontam a maneira como cada povo indígena se relacionava com o aldeamento. A motivação de cada grupo variava conforme interesses específicos: os Guarani-Nhandeva iam buscar roupas e remédios distribuídos pelos religiosos, mas não se fixavam nos aldeamentos, enquanto os Kaingang e os Guarani-Kaiowá se engajavam em trabalhos de agricultura e nas atividades da destilaria de aguardentes do aldeamento de São Pedro de Alcântara.

Missionários e funcionários do governo moravam nas sedes dos aldeamentos, mas os índios ficavam em aldeias nas proximidades das sedes. Havia uma dinâmica de migrações entre os núcleos e, em alguns casos, retorno às terras de origem. “Os missionários tentavam seduzir os índios pelo paladar, pretendendo que eles tivessem uma experiência corpórea da civilização cristã, por meio da oferta de sal, açúcar, café e cachaça”, conta a pesquisadora. Acreditava-se que, com esses atrativos, os índios seriam seduzidos pelo paladar a abandonar a vida selvagem. Mas a política do Império previa que, quando o índio se “civilizava”, deixava de ter direito aos recursos dos aldeamentos. Os indicadores de que os índios tinham se “civilizado” eram a disposição em trabalhar na lavoura, o uso de vestimentas e abandono da vida na selva. Ocorria, no entanto, de alguns índios “civilizados” se mudarem para outros aldeamentos e se fingirem de “selvagens” para pedir roupas, ferramentas, alimentos e outras provisões.



O aldeamento de São Pedro de Alcântara em desenho de 1865 do alemão Franz Keller

A partir de 1845, data da primeira leva trazida pelo programa de aldeamentos, cerca de 100 capuchinhos chegaram da Itália. Em seus primeiros relatórios, descreveram os índios como seres dotados de espírito infantil e capacidade intelectual limitada. No entanto, as pesquisas de Marta mostraram como, com o passar dos anos, o processo de convivência alterou essa percepção. “Os índios começaram a ser vistos como pessoas de mentalidade pura, não adulterada”, afirma a pesquisadora. Um exemplo desse fenômeno são os escritos do frei Thiomoteo de Castelnuevo – preservados no Santuário Basílica de São Sebastião –, que permaneceu no aldeamento de São Jerônimo de Alcântara durante 50 anos. O religioso terminou a vida, segundo a antropóloga, “exaltando a grandeza da alma indígena, em contraste com a dissimulação da civilização”.

Em outro relato, o frei Luís de Cimitille revela frustração com as dificuldades enfrentadas para catequizar o cacique-captão Manuel Arepquembe, chefe dos índios Coroados (Kaingang) no aldeamento de São Jerônimo. Em suas memórias, o frade relata as diversas tentativas infrutíferas de converter o índio ao cristianismo, que se recusava a aceitar a existência de um deus supremo e onipresente. O religioso

constatou que Arepquembe freqüentava o aldeamento para receber doações, e reconheceu o fracasso da empreitada da catequização. Por fim, reclamou que o índio nem sequer aprendera a fazer o sinal da cruz e, no último encontro, tinha se despedido com uma risada, acenando-lhe com “um sarcástico adeus”.

CONVENIÊNCIA

Segundo Marta, uma evidência de que muitos índios se aproximavam dos aldeamentos conforme seus interesses foram as tentativas de tornar São Pedro de Alcântara economicamente produtivo, por meio do cultivo de café e tabaco. Essas experiências não foram bem-sucedidas porque os índios não se interessaram pelo primeiro e se interessaram em demasia pelo segundo, esgotando a plantação. Mais tarde, quando os missionários decidiram experimentar a atividade de plantar cana-de-açúcar e criar uma destilaria de cachaça, receberam a adesão dos Kaingang e dos Guarani-Kaiowá, que se envolviam no trabalho pois gostavam da bebida. “Alguns povos também se aproximavam dos aldeamentos para conseguir apoio, como armas, usadas em disputas com grupos rivais”, informa a pesquisadora.

Essas conclusões se contrapõem, diz Marta, à percepção tradicional da política de aldeamentos, que tenderia a colocar os povos indígenas em uma posição de passividade. “Mesmo quando ‘civilizados’, os índios fizeram valer suas crenças

e se aproveitaram da política de aldeamentos da forma como lhes convinha”, defende a antropóloga Paula Montero, professora do Departamento de Antropologia da USP e coordenadora adjunta de Ciências Humanas e Sociais na FAPESP, ao considerar a reconstrução da subjetividade dos índios como um dos principais êxitos das pesquisas de Marta Amoroso. Paula estudou o fenômeno dos aldeamentos conduzidos por missionários cristãos nas pesquisas *Missionários cristãos na Amazônia brasileira: Um estudo de mediação cultural (2001-2007)* e *A textualidade missionária: As etnografias salesianas no Brasil (2008-2010)*.

Em relação à escassez de pesquisas sobre a questão indígena no século XIX, Paula Montero esclarece que, a partir dos anos 1950, houve um esforço da etnologia para realizar o levantamento das populações indígenas *in loco*, com a preocupação de entender seu universo cosmológico – conhecimento que tomou conta dessa área de pesquisa até pouco tempo atrás. Além disso, segundo a pesquisadora, nos últimos 50 anos os religiosos foram vistos como responsáveis por destruir as populações indígenas – concepção que prejudicou o interesse em abordar as relações entre missionários e índios no campo de estudos antropológicos. ■

Livro

Amoroso, M. *Terra de índios: Imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014, 246 p.